

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

JOSÉ AMILTON LOPES

**PARTIDOS POLÍTICOS BRASILEIROS
O RENOMEAR PFL - DEMOCRATAS**

**Porto Alegre/RS
2008/2**

JOSÉ AMILTON LOPES

PARTIDOS POLÍTICOS BRASILEIROS
O RENOMEAR PFL - DEMOCRATAS

**Trabalho de conclusão de Curso à
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharel em Ciências Sociais**

**Orientador:
Profº Dr. Benedito Tadeu Cesar**

**Porto Alegre/RS
2008/2**

“O homem moderno, ..., colocado em meio ao caminhar de uma civilização que se enriquece continuamente de pensamentos, experiências e de problemas, pode sentir-se ‘cansado’ da vida, mas não pleno dela. Ele não pode jamais apossar-se senão de uma parte ínfima do que a vida do espírito produz, ele não pode captar senão o provisório, nunca o definitivo”.
(Weber, Max. A ciência como vocação)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha amada esposa Simone Lopes e aos meus queridos filhos Gustavo Lopes e Felipe Lopes, pelo apoio nestes cinco anos de curso, pela imensa compreensão às incontáveis horas em que não pudemos estar juntos e, acima de tudo, pelo amor que tenho recebido.

Agradeço aos colegas de curso pelas sugestões, comentários e incentivos.

Agradeço aos professores que, ao longo do curso, se esforçaram em compartilhar parte de seu conhecimento e que ensinaram, entre tantas coisas, a arte da reflexão. Em especial a Maria Lúcia Rodrigues de Freitas Moritz por sua contribuição ao título deste trabalho.

Por fim, e de forma muito especial, agradeço ao orientador deste trabalho – Benedito Tadeu César - pela capacidade de apontar caminhos que depois de indicados se tornaram mais óbvios e seguros.

RESUMO

Esta monografia tem por objetivo investigar, à luz das Ciências Sociais, as razões ocultas que possam justificar a motivação da mudança da nomenclatura do PFL – Partido da Frente Liberal, para DEMOCRATAS, promovida e divulgada na Convenção Nacional do partido em 28 de março de 2007. Proponho hipótese que esta subjacente às versões oficiais divulgadas pelo partido. Partindo do pressuposto de que não são suficientes as justificativas do partido de que a mudança na legenda foi resultado de mudanças que ocorreram em sua liderança nacional, este trabalho propõe-se a investigar o desempenho do partido nas seis últimas eleições e verificar se outras razões podem ter precipitado tais mudanças.

Palavras-chave: Partidos Políticos Brasileiros, Sobrevivência partidária, Liberalismo, Neoliberalismo, Democracia e Instabilidade das Instituições Democráticas.

ABSTRACT

The objective of the present monography is to investigate, through the social science, the occult reasons that can justify the motivation on the change of the acronym PFL – Partido da Frente Liberal (Liberal Front Party), into DEMOCRATAS, promoted and announced at the Party's National Convention, on March 28th, 2007. Come up with, hypothetically, that it obscurely assumed the official views spread by the party. Presumming that the justifications are not enough, having the changing on its acronym as a result of several changes on its national leadership, this study proposes going on an investigation on the party's performance through the last six elections and verify if there were any other reasons that may have hastened that change.

Key words: Brazilian Politics Parties, Surviving Partition, Liberalism, Neoliberalism, Democracy and Democrite's Institutions Instability.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Nº de eleitores brasileiros nas eleições de 1998 a 2006.....	34
Gráfico 2 – Nº de Eleitores do PFL nas eleições de 1998 a 2006	34
Gráfico 3 – Desempenho eleitoral do PFL de 1998 a 2006	34
Gráfico 4 – Nº de governadores eleitos pelo PFL de 1998 a 2006	35
Gráfico 5 – Nº de deputados federais eleitos pelo PFL de 1998 a 2006	35
Gráfico 6 – Nº de deputados estaduais eleitos pelo PFL de 1998 a 2006	36
Gráfico 7 – Nº de prefeitos eleitos pelo PFL de 1996 a 2004	37
Gráfico 8 – Nº de vereadores eleitos pelo PFL de 1996 a 2004	37
Gráfico 9 - Comparativo de crescimento nº de municípios e vereadores eleitos de 1996 a 2004	38

GLOSSÁRIO

DEM – Partido Democratas

FAES – Fundação para Análise e Estudos Sociais

PP – Partido Popular (de Espanha)

PP – Partido Progressista

PPB – Partido Progressista Brasileiro

PFL – Partido da Frente Liberal

PT – Partido dos Trabalhadores

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

1. Introdução ao tema	10
-----------------------------	----

CAPÍTULO II

1.Fundamentos teóricos	13
1.1. O conceito de liberalismo	13
1.2. O Neoliberalismo	18
1.3. O conceito de democracia e suas correntes de pensamento .	20
1.4. A instabilidade das instituições democráticas.....	24
1.5. O campo político	25

CAPÍTULO III

1. O caso PFL – Democratas	27
1.1. Da tipologia partidária	27
1.2. Características do PFL – Democratas	30
1.3. Hipótese sobre a motivação à mudança de nome do partido.	32

CAPÍTULO IV

1. Análise dos dados de pesquisa	33
--	----

CAPÍTULO V

1. Considerações finais.....	40
------------------------------	----

Referência bibliográfica.....	45
-------------------------------	----

Anexos	47
--------------	----

CAPÍTULO I

1. Introdução ao tema

O presente trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais está direcionado ao campo da Ciência Política e trata de um tema recente na política brasileira – a mudança pelos Partidos Políticos Brasileiros em suas legendas partidárias. O trabalho se realiza através de um estudo de caso, qual seja, a recente alteração na legenda do PFL – Partido da Frente Liberal, que passou a adotar a partir de março de 2007 a nova denominação DEM – Democratas.

Desde o restabelecimento da democracia no Brasil (1988)¹, vivemos não somente a instituição de um grande número de partidos políticos, como a promoção de alterações na legenda partidária destas agremiações políticas. Grande parte das alterações promovidas neste período resultou de fusões, incorporações ou cisões de partidos. Como exemplo destas alterações podemos citar a seqüência iniciada pelo PDS, alterando-se para PPR, depois para PPB e atualmente PP; o próprio PFL surge de uma cisão do PDS; o PSDB de uma cisão do PMDB; o PSOL de uma cisão do PT, para citar os partidos com maior expressão em nível nacional.

A recente democracia em formação no Brasil se faz em um padrão multipartidário e vem causando, em certa medida, uma confusão no eleitor quanto à identidade partidária.

Independente das correntes de estudo sobre sistemas e partidos políticos, sabemos não haver um número “cabalístico” quanto à quantidade ideal de partidos e tão pouco podemos afirmar que haja um modelo ideológico inflexível para os partidos. É a dinâmica da vida política que determina muitas das mudanças promovidas no campo político-partidário.

Para entender este processo de mudanças, precisamos definir os limites da pesquisa e principalmente explicitar qual a sua problematização. Algumas questões iniciais podem ser formuladas, tais como: Quais as razões subjacentes às decisões dos partidos para a promoção de uma mudança de legenda? Em que condições podem se encontrar os partidos para que o cálculo entre a minimização das perdas e a maximização dos ganhos os conduza à opção pela mudança na legenda partidária? E por fim, que grau de flexibilização deve haver em um partido para que se efetue tal mudança?

Entendemos ser relevante o acompanhamento das freqüentes mudanças efetuadas pelos partidos brasileiros, visto entender que nossa democracia ainda passa por um processo

¹ - Ano de promulgação da nova Constituição Federal do Brasil.

de amadurecimento, no qual as instituições partidárias ainda se encontram distante de uma estabilização. Principalmente no momento atual em que muito se fala numa reforma política.

Das questões propostas, optamos por buscar esclarecimentos sobre a primeira, tendo como objetivo encontrar, a partir da coleta de dados, explicações para as motivações que levaram o PFL a promover sua renomeação para DEM, contribuindo para a compreensão dos movimentos partidários realizados dentro do mesmo espectro ideológico. No caso dos Democratas, buscaremos ir além das razões divulgadas oficialmente pelo partido, de que a mudança foi motivada e resume-se à ascensão de novos líderes² ao comando nacional do partido. Faremos uma reflexão sobre modelos teóricos que ajudem na apropriação do objeto estudado e através da análise de dados empíricos, analisaremos as conseqüências da mudança do nome do partido.

Para dar conta do proposto, o trabalho divide-se da seguinte forma: No capítulo II, apresentaremos alguns dos fundamentos teóricos que devem ser operacionalizados na abordagem do tema, desde os clássicos da ciência política, até as teorias contemporâneas em defesa ao pensamento e as práticas liberais.

No capítulo III, utilizando a tipologia de Duverger, definiremos o partido Democratas, discutiremos a teoria da instabilidade das instituições democráticas no Brasil e principalmente dos modelos partidários, apresentaremos as características do PFL – Democratas e por fim formulamos hipóteses que podem explicar o renomear do PFL em Democratas.

No capítulo IV, apresentaremos dados com os resultados das seis últimas eleições realizadas no Brasil (1996 a 2006) e analisaremos o desempenho do DEM. Além disto, analisaremos as confluências e contradições nas interpretações apresentadas pelos membros do partido Democratas ao longo das entrevistas que foram concedidas.

A metodologia aplicada neste capítulo do trabalho é a análise comparativa de dados eleitorais das eleições que ocorreram de 1996 a 2006 e de documentos do PFL e Democratas. Complementa o trabalho de investigação a realização de pesquisa qualitativa, através da coleta de dados junto aos membros do Partido Democratas.

O capítulo IV traz as considerações finais sobre as análises do conteúdo do presente trabalho.

² _ A refutação desta justificativa se dá com o auxílio de Panebianco, quando este se refere às mudanças geracionais e suas conseqüências.

Ao final deste trabalho, encontra-se um CD Rom com o material coletado para a pesquisa: cópias dos documentos do institucionais do PFL e Democratas, planilhas de dados eleitorais do partido e as entrevistas realizadas (áudio e transcrições impressas).

CAPÍTULO II

1. Fundamentos Teóricos

Para um necessário rigor no estudo comparativo sobre o DEM e o antigo PFL será preciso um maior entendimento dos principais conceitos que compõe a ideologia do partido. Assim, será construído um descritivo do “liberalismo” desde os autores clássicos até sua mais recente versão o “neoliberalismo”. Também se faz necessário um melhor entendimento do conceito de “democracia” para uma perfeita relação com a nova legenda do PFL, uma vez que a história mostra que o “liberalismo” e a “democracia” estão intimamente ligados.

O presente estudo deve tratar de outros conceitos a seguir definidos, tais como: o conceito de “Instabilidade das Instituições Democráticas”, no intuito de avaliar o processo de consolidação das instituições democráticas no Brasil e os de: “estabelecidos e outsiders; poder, incentivo e participação; coalizão, estabilidade e mudança da ordem organizativa”.

1.1. Conceito de Liberalismo

Podemos tomar por senso comum a idéia de que o “liberalismo” é, no Brasil, um conceito definidor de opções políticas exclusivamente de partidos de direita. Coube a Nicola Matteucci o verbete “liberalismo” no famoso Dicionário de Política de Norberto Bobbio. Já em seu primeiro parágrafo, Matteucci afirma ser este um conceito de difícil definição.

Fazendo um esforço para delinear os limites histórico, filosófico, temporal e estrutural do “liberalismo”. Matteucci, primeiramente analisa o conceito como um adjetivo (interpretação histórica), e esclarece que “ainda hoje a palavra liberal assume diferentes conotações conforme os diversos países. Na Inglaterra e na Alemanha, indica um posicionamento de centro, capaz de mediar conservadorismo e progressismo. Nos Estados Unidos e em outros países um radicalismo à esquerda, defensor agressivo de velhas e novas liberdades civis. Em países como a Itália indica os que procuram manter a livre iniciativa econômica e a propriedade particular. Por isso, um destacado pensador liberal (F.A. Hayek) propôs renunciar ao uso de uma palavra tão equívoca” (Vol. II - pp. 688).

Ao substantivar o termo liberdade, Matteucci propõe uma inversão de eixo, passando de uma definição histórico-empírica, para uma definição essencialmente teórica, do adjetivo para o substantivo: “Antes de tudo, é útil considerar a concepção naturalística da liberdade: o homem é verdadeiramente livre quando pode fazer tudo aquilo que o satisfaz. Trata-se de uma concepção naturalística, na medida em que o agir humano segue ou obedece aos próprios

instintos ou apetites ocasionais; porém, para conseguir satisfazer os próprios desejos, e portanto, para ser livre, o homem precisa não encontrar obstáculos e, quando eventualmente os encontrar, precisa também possuir força (ou o poder) para coagir e subordinar os outros homens. Temos aqui uma liberdade que implica, pois, a desigualdade. Se a liberdade coincide com o poder, quem tem maior quantidade de poder será mais livre: paradoxalmente o homem livre é o déspota” (Vol. II - p. 691)

Depois de explanada aqui, ainda que parcialmente, a definição de Matteucci sobre o conceito de liberalismo, podemos destacar uma das importantes conclusões deste autor:

O pensamento político liberal, atualmente, tem consciência de que, para responder ao desafio do socialismo, tem que optar entre o Estado assistencial, forma modificada do velho “Estado policial”, que atribui a tarefa de concretizar o bem-estar ou as finalidades sociais a máquinas burocráticas, assumindo, de tal forma, em relação aos cidadãos, uma atitude paternalista, e o Estado reduzido, que responsabiliza os indivíduos – singular e coletivamente – mediante o livre mercado. O Estado assistencial leva irremediavelmente a uma sociedade inteiramente administrada, onde não haveria mais lugar para o Liberalismo. Tal fato determina o fim do Estado liberal e o começo do Estado autoritário. Em outras palavras, a tendência do Liberalismo contemporâneo é evidenciar a incapacidade dos Estados burocráticos para resolver a questão social, pelo fatal desvio das organizações das funções prefixadas (formação de uma nova classe agindo em função de seu próprio interesse) e por haver uma contradição intrínseca entre a lógica das máquinas públicas e a lógica da participação.

Ou, então, o Liberalismo, fiel à sua vocação anti-utilitarista, segundo a qual não se deve destruir o espírito livre do homem para alimentar o corpo, fiel a sua velha aversão aristocrática por tudo o que vem do alto, pode optar pela sociedade civil, de modo que a resposta aos problemas da justiça e da segurança social seja dada ao nível da sociedade civil e não ao nível institucional-estatal, mediante iniciativas independentes e convergentes, realizada por forças sociais espontâneas, e não mediante ações burocrático-administrativas. (Vol. II – pp. 704-705).

Este é um dos paradoxos da democracia contemporânea: a relação entre liberdade e igualdade. Que tipo de sociedade pode ser erigida? Uma sociedade de liberdades, mas sob um alto custo de desigualdade entre seus partícipes, ou uma sociedade de iguais, mas opressora em sua organização?

Este é o arcabouço que aqui se propõe discutir. Para tal, apresentamos a seguir, a conceituação de liberalismo, partindo daquele que é considerado o seu pai fundador – John Locke – até os debates contemporâneos.

Contratualista, Locke era um filósofo liberal dos direitos inalienáveis e do direito à rebelião, diferentemente do também contratualista Hobbes, defensor do Estado Absoluto. Locke sustentava que o que há de mais importante na política são os direitos do indivíduo e não a ordem e a segurança do Estado.

No *Segundo tratado sobre o Governo*, Locke começa com a grande pergunta da filosofia política – o que é o poder? – e afirma que “é o direito de editar leis (...) com vistas à

regular e preservar a propriedade, e de empregar a força do Estado na execução de tais leis e na defesa da sociedade política contra os danos externos, observando tão somente o bem público” (II – 3).

Desde o seu princípio, esta obra de Locke já destaca o direito à propriedade e define a razão da existência do Estado: garantir a defesa da propriedade. Ao longo de seu trabalho o autor argumentará que o direito à propriedade resulta da força do trabalho do indivíduo. Também Locke faz uma reflexão sobre o homem no estado de natureza e, diferentemente de Hobbes³, entende que o estado de natureza está regulado pela razão, mas que “a ausência de um juiz comum dotado de autoridade coloca todos os homens em um estado de natureza” (II – 19). A interpretação que fazemos desta passagem da obra de Locke, nos dá a referência de que este juiz é o Estado, que os homens se organizam em sociedade, através do contrato social na intenção de que este “juiz” – o Estado - seja o garantidor da propriedade que, no estado de natureza não é completamente possível.

Os dois aspectos que definem Locke como o pai do liberalismo são as questões da propriedade privada e da razão da existência do Estado. Vejamos como o autor apresenta os temas:

1º) Sobre a propriedade privada: Este é um termo polissêmico, significando “vida, liberdade e terra” (II – 87, 123,173). Para eliminar qualquer interferência dos governantes na propriedade privada, Locke afirmava que esta precede o estabelecimento da sociedade política ou governo (contrato social), assim a propriedade privada existia no estado de natureza, antes da organização da sociedade, e nenhum poder “pode tomar de homem algum nenhuma parte de sua propriedade sem o seu consentimento” (II – 138).

Mas de onde vem o direito à propriedade? Locke argumenta que vem da força do trabalho de cada indivíduo. “cada homem tem uma propriedade em sua própria pessoa (...) O trabalho de seu corpo e a obra de suas mãos”, e “Qualquer coisa que ele então retire do estado com que a natureza a proveu e deixou, mistura-se a ele com o seu trabalho e junta-lhe algo que é seu, transformando-a em sua propriedade. (II – 27).

2º) Dos fins do Governo: O direito de propriedade tem para Locke um caráter absoluto e irrenunciável: existe no estado de natureza e, uma vez constituído a sociedade civil o fim do governo será a preservação da propriedade.

Neste mesmo argumento da razão da existência do Estado, Locke também traz a justificativa para a desigualdade. O autor se pergunta, no início do capítulo IX do Segundo

³ - Thomas Hobbes – Contratualista, teórico “do homem em estado de natureza” e contundente defensor do Estado absoluto e do poder divino do príncipe.

tratado sobre o governo, a razão pela qual o homem, no estado de natureza, abre mão da sua liberdade. A razão é óbvia, afirma, pois nele o seu direito de desfrutar das suas propriedades é bastante inseguro e “bastante incerto e está constantemente exposto à violação por parte dos outros”, já que os homens, em sua maioria, não são “estritos observadores da equidade e da justiça”. (II – 123).

A desigualdade se dá através de uma nova atitude em relação à pobreza que começa a igualar o fracasso econômico com a carência de graça divina. Neste ponto encontramos similitude com a obra de Max Weber – Ética protestante e o espírito do capitalismo. Infiltra-se e permeia a idéia puritana de que a prosperidade particular contribui ao bem público, ou seja, o interesse egoísta beneficia a sociedade em seu conjunto.

O pensamento de Locke é central na argumentação dos partidos liberais, mesmo os contemporâneos, uma vez que faz a defesa da legítima acumulação de bens e da obrigação do Estado na sua proteção.

Para não nos afastarmos muito das atuais características liberais, tomaremos os ensinamentos dos teóricos clássicos que não se encontram no grupo dos liberais conservadores (ex.: Edmund Burke). Buscaremos em Alexis de Tocqueville e John Stuart Mill o pensamento liberal democrático, como fio condutor do movimento liberal.

Alexis de Tocqueville (1805) foi o primeiro pensador político a cunhar o termo “social-democracia”, É identificado ao liberalismo por entender que a igualdade será alcançada de forma natural, mas a liberdade, para ser garantida, deve ser constantemente vigiada. Através da discussão da questão da liberdade e da igualdade, Tocqueville procurou explicar o desenvolvimento sociopolítico das várias realidades por ele estudadas.

Sua preocupação fundamental é claramente expressa através de interpretações sociopolíticas, quando busca encontrar a possível coexistência harmônica entre um processo de desenvolvimento igualitário e a manutenção da liberdade. Sua questão central será sempre: o que fazer para que o desenvolvimento da igualdade irrefreável não seja inibidor da liberdade, podendo por isso vir a destruí-la? Abordar, portanto, a questão da liberdade e da igualdade em Tocqueville, é necessariamente falar em democracia.

Francisco C. Weffort, organizador do livro *Os clássicos da política* traz a seguinte leitura sobre o trabalho de Tocqueville:

O processo democrático, que ele define como um constante aumento da igualdade de condições, diz respeito a toda a humanidade. Como tal, a democracia é vista como inevitável e mesmo providencial, pois ela seria a própria vontade divina, realizando-se na história da humanidade. Assim, ela “é universal”, durável e todos os acontecimentos, como todos os homens, servem ao seu desenvolvimento. Este é, portanto, o eixo fundamental para se entender o significado de democracia para

Tocqueville: a existência de seu processo igualitário, como se fosse uma lei necessária para se compreender a história da humanidade. (p. 154).

Recorremos aos ensinamentos de Tocqueville porque este autor faz um balanço entre liberdade e igualdade, traduzindo-se em “democracia”. O que torna Tocqueville um liberal é que para ele a liberdade é o caminho natural para a igualdade. Este aspecto nos leva a assemelhar o pensamento deste autor ao do partido Democratas no Brasil, quando de seu ideário, princípios e plataforma programática.

John Stuart Mill, por sua vez, é apontado com o mais legítimo representante do movimento liberal inglês do século XIX. Mill traz em sua obra reflexos de todas as fases por que passou este movimento, até o período de que foi contemporâneo, desde o utilitarismo radical até a sua fase democrática, defensora do sufrágio universal e de reformas sociais. Sua visão liberal da democracia se faz de uma perspectiva descendente para a ascendente. Desta forma, configura o liberalismo não mais com seu ranço conservador, defensor do voto censitário e da cidadania restrita, para incorporar em sua agenda todo um elenco de reformas que vão desde o voto universal até a emancipação da mulher.

Apesar desta universalidade democrática, Mill é um utilitarista por jogar luz a um individualismo. Vejamos: “O bom governo será aquele capaz de garantir o maior volume de felicidade líquida para o maior número de cidadãos. Para cada ação ou questão política, é sempre possível aplicar este raciocínio para avaliar a ‘utilidade de seus resultados’”. Stuart Mill retém em sua obra o princípio básico do utilitarismo, que vê no bem-estar assegurado o critério de avaliação de qualquer governo ou sociedade. Para o liberalismo, o bem-estar deve estar centrado no indivíduo, contrastando com as visões comunitaristas e as socialistas, que centram a preocupação no bem-estar coletivo.

Cito mais uma vez o trabalho de Weffort que, destacando um excerto da obra de Mill, traz importante interpretação sobre o autor:

É um grande estímulo adicional à auto-independência e à autoconfiança de qualquer pessoa o fato de saber que está competindo em pé de igualdade com os outros, e que seu sucesso não depende da impressão que puder causar sobre os sentimentos e as disposições de um corpo do qual não faz parte. Ser deixado fora da Constituição é um grande desencorajamento para um indivíduo e ainda maior para uma classe. (...) O efeito revigorante da liberdade só atinge seu ponto máximo quando o indivíduo está, ou se encontra em vias de estar, de posse dos plenos privilégios de cidadão. (Mill, J.S. Apud Weffort. Op. cit., p.19)

O pensamento de Mill é importante para o presente estudo, na medida em que possa contribuir para melhor se definir que tipo de liberalismo observa-se hoje no Brasil. O PFL carregando o estigma de representar tão somente os interesses da elite política e econômica do

país, estaria mais próximo de um liberalismo conservador. No entanto, os Democratas mantêm a luta pela preservação das liberdades, mas trazem um novo discurso voltado às preocupações de justiça social, posicionando-se, a priori, mais próximo do modelo liberal democrata de J.S.Mill.

1.2. O neoliberalismo

O movimento neoliberal, pensamento mais contemporâneo, tem como principal característica um acentuado grau de afastamento do ideário democrata, onde as liberdades estão mais próximas da primazia de mercado com maior ênfase aos interesses individuais do que aos interesses coletivos.

Pode se dizer que o neoliberalismo não é uma teoria pronta, mas um conjunto de aglutinações, uma espécie de “guia prático” do livre mercado. Em suma, a idéia de que os problemas da sociedade podem ser resolvidos de forma técnica, regido sempre pela “lei do livre-mercado”, que por intermédio da economia tudo se resolve, não havendo a necessidade de política⁴. Podemos ter o neoliberalismo como o modelo mais acabado de uma instrumentalização do liberalismo.

Uma das teses principais do pensamento neoliberal é a que defende o Estado mínimo. Ela afirma que o mercado é o melhor e mais eficiente mecanismo de alocação de recursos, a redução do Estado (do seu tamanho, do seu papel e de suas funções) é o mote e o móvel dessa ideologia.

A crítica mais contundente dos neoliberais iniciou-se pelo ataque ao Estado de bem-estar social, ampliando-se posteriormente às concepções keynesianas. Contra o Estado neutro, advoga-se o Estado mínimo; opostamente à concepção de cidadania antes desenvolvida, reforçam-se as teses de mecanismos pseudo-unificadores presentes na comunidade, no espírito nacional; um tipo de revitalização conservadora onde se enraizaria a “modernização⁵”, ou seja, a redução ou simplificação das instituições.

Pode-se reconhecer em Friedrich Hayek o precursor do pensamento neoliberal, pois foi ele o promotor do encontro de Mont Pèlerin, na Suíça, que reuniu nomes como Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Lipman, Michael Polanyi, entre outros⁶. Mas o grande destaque da escola do pensamento neoliberal é Milton

⁴ - Idéia de que as ciências econômicas são suficientes para dar conta de todos os problemas sociais.

⁵ - “Modernização” não como o novo, mas como uma concepção de eficiência moderna de gestão, onde não haja interferência do Estado no mercado. (a “mão invisível” de Adam Smith).

⁶ - Fundadores da Sociedade de Mont Pèlerin. Uma espécie de franco-maçonomia neoliberal.

Friedman, que expõe com clareza o centro de sua argumentação. Em *Capitalismo e Liberdade* (obra), ele parte da tese de que a liberdade individual é a finalidade das organizações sociais e é este princípio que afasta qualquer tipo de intervenção que afete coercitivamente o livre exercício da vontade individual. Por esta razão, o Estado não deve intervir no mercado e em nenhuma de suas forças e fatores. Ora os programas sociais – isto é a provisão de renda, bens e serviços pelo Estado – constituem uma ameaça aos interesses e liberdade individuais, inibem a atividade e a concorrência privadas, geram indesejáveis extensões dos controles da burocracia. Para Friedman, o exemplo mais claro das distorções que os programas sociais públicos introduzem podem ser encontrados nos sistemas previdenciários de caráter compulsório (estatais/públicos). Em relação às aposentadorias para idosos, estes sistemas imporiam um padrão de redistribuição de renda entre os beneficiários, penalizando principalmente os trabalhadores jovens de altos rendimentos já que o benefício não depende da situação econômica do beneficiário, mas sim da idade da entrada no programa. Outra característica negativa adviria do fato de que a tecnificação e a maior complexidade dos sistemas previdenciários em geral estão associados, em primeiro lugar, à existência de burocracias que passam a favorecer desnecessariamente a sua própria expansão e, em segundo, à crescente impossibilidade de que os Congressos (Parlamentos), exerçam efetivo controle sobre o sistema quanto às despesas.

No plano da liberdade individual, a ação provedora do Estado, implica na coerção à liberdade de escolha e por isso tende a ser menos eficiente do que uma provisão (previdência) privada. Ainda mais na opinião de Friedman, esta coerção dos sistemas previdenciários públicos provoca uma perda da livre disposição de cada um sobre a sua renda, representando, portanto, o que ele chama uma ditadura benevolente.

No plano moral, tais sistemas minam uma responsabilidade dos jovens para com os velhos levando-os a não se responsabilizarem pelo cuidado como os idosos, transferindo esta tarefa afetivo-familiar para o Estado.

Segundo esta linha de pensamento, é o próprio Estado de bem-estar com suas políticas sociais abrangentes, o responsável por muitos e quase todos os males que nos afligem e que tem atualmente a ver com a crise econômica e o papel do Estado. Com efeito, para estes liberais, o financiamento dos gastos públicos em programas sociais trouxe as seguintes perversões: a ampliação do déficit público, a inflação, a redução da poupança privada, o desestímulo ao trabalho e a queda da concorrência com a conseqüente queda da produtividade.

No liberalismo de Friedman, duas áreas de ação pública no campo social se justificavam, a de segurança e justiça, por um lado, e a educação básica por outro. Na primeira, tratava-se de canalizar a autoridade e os recursos estatais para a garantia da estabilidade e da segurança social; na segunda, e de acordo com o ideal liberal, tratava-se de igualar as oportunidades: reconhecendo as diferenças entre os indivíduos, ampliando o campo das oportunidades dos mais desfavorecidos, de modo a que pudessem competir menos desigualmente com os demais. Na sua base, a sociedade se organizaria, assim, sobre um dado patamar de equidade.

1.3. Conceito de democracia e suas correntes de pensamento

O próprio Norberto Bobbio se encarrega, em seu Dicionário de Política, de definir o conceito de Democracia. Para o significado formal de democracia assim descreve:

“Considerando, de um lado, o modo como doutrina oposta a respeito dos valores fundamentais, doutrinas liberais e doutrinas socialistas consideram a democracia não incompatível com os próprios princípios e até com uma parte integrante do próprio credo, é perfeitamente correto falar de liberalismo democrático e de socialismo democrático, e é crível que um liberalismo sem democracia não seria considerado hoje um “verdadeiro” liberalismo e um socialismo sem democracia, um “verdadeiro” socialismo. Olhando, por outro lado, o modo como uma doutrina inicialmente hostil à democracia, como a teoria das elites, se foi conciliando com ela, pode concluir-se que por democracia se foi entendendo um método ou um conjunto de regras de procedimento para a constituição de Governo e para a formação de decisões políticas (ou seja, das decisões que abrange a toda a comunidade) mais do que uma determinada ideologia. A democracia é compatível de um lado, com doutrinas de diversos conteúdos ideológicos, e por outro lado, com uma teoria, que em algumas das suas expressões e certamente em sua motivação inicial teve um conteúdo nitidamente anti-democrático, precisamente porque veio sempre assumindo um significado essencialmente comportamental e não substancial, mesmo se a aceitação destas regras e não de outras pressuponha uma orientação favorável para certos valores, que são normalmente considerados característicos do ideal democrático, como o da solução pacífica da violência institucional no limite do possível, do freqüente revezamento da classe política, da tolerância e assim por diante” (p. 326)

Com a definição de Bobbio sobre o conceito de democracia apresentada acima, cabem ainda duas colocações importantes. Uma vinda desde os clássicos da política: A polêmica sobre democracia passa necessariamente pelas idéias divergentes entre Rousseau e Montesquieu, mais precisamente sobre um modelo de democracia direta defendida pelo primeiro e de uma democracia representativa defendida pelo segundo.

É relevante trazer esta discussão para o presente trabalho uma vez que o espectro ideológico esquerda-direita esta intimamente ligado a este debate. Trata-se de se definir por uma democracia participativa (perspectiva rousseauísta), característica de um

socialismo com inclinações mais à esquerda e uma democracia representativa (perspectiva montesquina), característica do liberalismo de direita. Tanto Rousseau quanto Montesquieu não têm dúvidas de que é a lei o princípio fundamental garantidor das liberdades, o debate se concentra em saber quem faz e quem aprova as leis.

Para deixar mais claro o parágrafo anterior, vejamos qual a posição destes autores sobre a democracia:

Montesquieu contesta a sabedoria das instituições de democracia direta, por não acreditar nas razões de exequibilidade e utilidade, afirmando que: “Como, em Estado livre, todo homem presumivelmente possuidor de uma alma livre governa-se a si próprio, é necessário que o povo detenha o Poder Legislativo. Mas como isso é impossível nos grandes Estados e está sujeito a muitos inconvenientes nos pequenos, é preciso que o povo faça por meio de representantes o que não pode fazer diretamente”. (Do espírito das leis, XI, 6).

Em Montesquieu, são centrais três pontos de sua argumentação: 1) a capacidade inegável do povo para escolher seus representantes; 2) a circunscrição da vida política aos limites locais (hoje provavelmente seria defensor do voto distrital) e 3) a especial relação entre representantes e representados, com a definição restrita do papel dos representantes.

Persiste em Montesquieu a idéia de uma “capacidade natural” do povo para eleger seus representantes, embora o autor identifique entre os “grandes vícios” das antigas repúblicas, o direito de participação dos cidadãos na decisão de matérias para as quais eram “incapazes”, ao contrário dos representantes que estariam aptos a discutir e ouvir as demais opiniões entre seus pares sobre os assuntos antes de votarem. Para Montesquieu o povo é completamente incapaz para tanto, o que constitui um dos grandes inconvenientes da democracia.

Quanto ao primeiro ponto, é preciso cuidado para se entender o conceito de capacidade para o autor, uma vez que ele entende que o povo não é capaz de votar dominando a causa, mas seria perfeitamente capaz de escolher “os mais esclarecidos” como seus representantes; pois para se fazer um boa escolha é suficiente que o povo se oriente com bom senso: “por aspectos que ele não pode ignorar e fatos submetidos ao senso comum (...) sobre os quais ele mais é capaz de se informar na praça pública que um monarca em seu palácio” (Do espírito das leis. II,2).

O segundo, diz respeito à qualidade na escolha dos representantes e está vinculada ao conhecimento público em circunscrições eleitorais reduzidas: “conhece-se muito melhor as necessidades da cidade em que se vive do que as das demais cidades; e julga-se melhor a capacidade de seus vizinhos do que a de outros compatriotas” (Do espírito das leis. XI, 6).

Por fim, o terceiro ponto crucial em Montesquieu é a necessidade de um corpo legislativo para fazer as leis e para fiscalizar sua execução. E não para tomar qualquer “decisão ativa, coisa que ele não faria bem”. Este “fazer bem” trata-se do Poder Executivo e na concepção de Montesquieu, não seria uma tarefa do povo e nem mesmo de seus representantes eleitos. Assim, a relação do povo com seus representantes só pode ser de confiança e reciprocidade, por serem os representantes mais responsáveis pelo que é do interesse público: “a parte que eles têm na legislação deve pois ser proporcional às outras vantagens que possuem no Estado: é o que virá a se passar se eles tomarem um corpo que tenha o direito de disciplinar as atividades do povo, assim como este tem o direito de disciplinar as suas”. (Do espírito das leis. XI, 6).

A distância entre Montesquieu e Rousseau é diminuída na medida em que o primeiro reconhece que a delegação do povo aos seus representantes não se dá na totalidade mas apenas uma parte. Assim, o povo também tem direitos sobre os representantes: “o povo é admirável para escolher a quem confiar alguma parte da sua autoridade” (idem, II, 2). Veja que Montesquieu tem o cuidado de deixar claro que fica delegada “alguma parte” de autoridade.

Para Rousseau, “soberania não pode ser representada” – radicalmente dizia ele – “pela mesma razão pela qual ela não pode ser alienada; consiste essencialmente na vontade geral e a vontade não se representa; é ela própria, ou então é outra; não há meio termo. Os deputados do povo não são, portanto, e nem podem ser, seus representantes, não sendo mais que seus comissários; eles não podem concluir coisa alguma definitivamente”. (Do contrato social, III, 15).

Rousseau, grande influenciador da Revolução Francesa, acreditava que esta plena participação do povo nos destinos da nação é factível em momentos de crise e mobilização, no entanto, no campo teórico, a idéia de irrepresentatividade do povo soberano está ligada, no pensamento do autor, à função legislativa: “Toda lei que o povo não tenha ratificado em pessoa é nula; não é de fato uma lei”.

Em relação ao Poder Executivo, Rousseau admite a representação no sentido de que uma vez elaborada a lei “pelo povo”, basta cumpri-la, sem modificá-la: “Não sendo a Lei senão a declaração da vontade geral, está claro que, no Poder Legislativo, o povo não possa ser representado: mas pode e deve sê-lo no Poder Executivo, que não é senão a força aplicada à Lei”. (Do contrato social, III, 15).

O debate entre estes dois autores foi aqui apresentado de forma bastante resumida já que foge ao propósito deste trabalho o aprofundamento desta questão. Ela é pertinente, no

entanto, para minimamente demonstrar os desdobramentos e a influência que o pensamento destes dois pensadores promoveram na instituição dos partidos políticos e na formação de suas doutrinas e ideologias alinhadas a uma política de participação popular e uma política exercida pela via da representação.

Duas contribuições contemporâneas sobre este tema precisam ser apresentadas. O trabalho da Prof^a. Dr^a. Celi Regina Jardim Pinto (UFRGS) – Teorias da Democracia: Diferenças e identidades na contemporaneidade – a autora destaca uma questão que tem perpassado o debate na filosofia política desde o século XVIII:

Se nós formos pensar o que constitui o problema da democracia, o que constitui a base da democracia, a base de toda a discussão filosófica da democracia, veremos que está toda calcada em dois pilares: o da liberdade e o da igualdade. Daí que as grandes questões da democracia desde o século XV são: A democracia é liberdade? A democracia é igualdade? Ou democracia é (sic) as duas coisas juntas? Esta discussão começa lá com os liberais, com Locke e continua até hoje. (...) E por que isto é um paradoxo? Porque liberdade e igualdade, ao contrário do que alguns teóricos pensaram, não são valores que se completam, mas que se tencionam mutuamente, ou seja, igualdade sempre é limitação de liberdade e vice-versa, a liberdade é sempre a limitação de igualdade.” (p. 20).

A segunda é a contribuição de Maria Vitória de Mesquita Benevides em seu trabalho: Reforma política e cidadania, que também acionou Rousseau e Montesquieu para seu argumento em defesa de uma democracia mista, onde tanto o modelo proposto por Montesquieu, quanto o de Rousseau podem ser articulados. Se na contemporaneidade não é mais possível o exercício pleno da cidadania no que diz respeito à participação de todo o povo em cada uma das decisões legislativas como pensava Rousseau, também a completa delegação nas decisões do que é de interesse público como pregava Montesquieu revelou-se inadequada. Esses modelos deixaram, portanto, de serem tipos ideais, sendo substituídos por um modelo híbrido de democracia, com o incentivo senão total, mas, ao menos mais freqüente de participação estimulando-se mecanismos como os plebiscitos, referendos e iniciativa popular.

A contribuição da autora é por demais pertinente uma vez que o sistema político e o sistema partidário ainda promovem movimentos de ajuste nesta ainda recente democracia. Vejamos o que diz a autora:

Em termos gerais, a discussão histórica sobre a representação política no Brasil pode ser apresentada como reflexo do confronto entre as idéias liberais, democráticas e participacionistas, de um lado, e idéias autoritárias, elitistas e corporativas, de outro. É claro que não se trata de uma divisão homogênea; de ambos os lados identificam-se variações teóricas e práticas. Do lado pró-representação, há nítidas distinções, que vão do liberalismo clássico da exclusividade da representação parlamentar às teses sobre extensão da cidadania e radicalidade da soberania popular. Do lado anti-representação, o espectro de posições abrange desde o autoritarismo do Estado forte e centralizador, com a encarnação da representação da nação no chefe carismático, até o elitismo da

“democracia da gravata lavada” (Teófilo Otoni e a campanha do lenço branco), da “política dos notáveis” e da “presciência das elites.

Estas duas contribuições se apresentam oportunas uma vez que estamos tratando de um partido (DEM) que prega o máximo de liberdade e uma menor interferência do Estado na sociedade, mas inclui no seu discurso para a mudança na legenda, uma preocupação com a justiça e igualdade social.

A questão que se apresenta é: Como o DEM poderá equalizar estes dois conceitos? Permanecem em seu conteúdo programático a responsabilização do Estado na defesa da propriedade privada e a instituição de um Estado mínimo e a liberdade da sociedade ser regida pelas leis do mercado. No documento intitulado Plataforma Democrática de Mudança, o partido propõe como solução às desigualdades sociais, o investimento maciço em educação, promoção da integração nacional e modernização da infra-estrutura.

1.4. Instabilidade das instituições democráticas

Toda a discussão até aqui apresentada, ainda que teórica e abstrata, ajuda a compreender a opção e estratégia no uso de um conceito chave ao qual cada partido político se apropria. Entendemos que as mudanças conceituais, principalmente se dão a idéia de um deslocamento do partido no espectro ideológico, podem gerar confusão nos eleitores. Em níveis radicais, entendemos que gera instabilidade nas instituições que a promovem.

O cientista político americano Scott Mainwaring dedicou-se ao estudo da instabilidade das instituições democráticas existentes nos países chamados da terceira onda de democratização, tendo escolhido o Brasil como objeto de sua pesquisa. O seu trabalho: *Políticos, Partidos e Sistemas Eleitorais – o Brasil numa perspectiva comparativa*, tem como argumento básico: O sistema eleitoral brasileiro contribui para minar os esforços de construção de partidos políticos mais efetivos. Vários aspectos da legislação brasileira não têm paralelo no mundo e nenhuma outra democracia dá aos políticos tanta autonomia vis-à-vis seus partidos. Esta legislação eleitoral reforça o comportamento individualista dos políticos e impede a construção partidária. Os graus extremamente baixos de fidelidade e disciplina partidária – a exceção de alguns partidos de esquerda (PT e PCdoB) – são tolerados e estimulados por essa legislação.

Buscar em Mainwaring um suporte teórico para este trabalho, não implica de forma alguma, total concordância aos argumentos apresentados em suas obras. No entanto, me associo ao autor no que diz respeito especificamente às “implicações da fragilidade das raízes

sociais dos partidos”. Este aspecto é tratado por ele nas conclusões de sua obra: *Sistema partidário em novas democracias: O caso do Brasil*:

A fraqueza das raízes partidárias tem conseqüências importantes para a política democrática. Nos sistemas institucionalizados, os eleitores tendem a se identificar com partidos e estes controlam o recrutamento político. Uma possibilidade lógica extrema é a de que todos os eleitores votem em função de uma preferência partidária, o que elimina as chances de eleição de um candidato anti-partidário. Nos sistemas menos institucionalizados, uma grande parcela do eleitorado vota de acordo com a pessoa do candidato e, desse modo, é possível que se elejam candidatos hostis aos partidos. Portanto, o populismo e a hostilidade à política são mais comuns nos sistemas de baixa institucionalização, nos quais a política é dominada mais por pessoas famosas do que por organizações partidárias. (1995 - p. 383).

Continua o autor, algumas páginas adiante:

A fragilidade das raízes dos partidos na sociedade está associada ao personalismo e aos problemas de *accountability*. O caso brasileiro é compatível com as duas hipóteses. Dada a fragilidade do sistema partidário, há menos controle institucional sobre o recrutamento de líderes do que nos países de sistema institucionalizado. No Brasil, esse fato é evidente e contribui para os problemas da democratização. (...) Não é por acaso que a política democrática no Brasil tem se caracterizado pelo personalismo, pela concentração de poder nas mãos do presidente da República e pela inconstância do processo de formulação de políticas. Falta de previsibilidade e de institucionalização tem assolado o país, dando origem ao ressurgimento do populismo e das campanhas eleitorais de teor personalista. Os candidatos aos cargos no executivo são eleitos muito mais em função de suas próprias forças e fraquezas do que por influência dos partidos. (1995 - p. 388).

Porém, Mainwaring conclui sua análise dizendo:

A natureza da democracia difere conforme um sistema seja muito ou pouco institucionalizado. Com isso não estou propondo o argumento causal simplista e unidimensional de que a institucionalização do sistema partidário determina o funcionamento da política democrática. Mas a institucionalização é um fator importante na comparação entre sistemas partidários, e sua variação influi na natureza da política democrática. (1995 - p.399).

O multipartidarismo existente no Brasil desde sua redemocratização tem apresentado mudanças nas agremiações partidárias, seja por fusões ou incorporações entre partidos. O caso dos Democratas traz como novidade não ser um movimento entre partidos, mas sim um processo que tem sua gênese no interior do próprio partido, que de igual forma não contribui para o que Mainwaring trata como “raízes” de um partido político. Ao promover a mudança na legenda, o DEM se coloca como um novo partido e isto pode dificultar a identificação do eleitor junto ao partido e por conseqüência na sua fidelidade partidária.

1.5. O Campo Político

A justificativa oficial para a mudança de legenda de PFL para DEMOCRATAS, segundo o que consta da página inicial do site oficial do DEM, diz respeito à alteração das

lideranças no comando nacional do partido. Portanto, no presente caso, não há, a priori, motivações externas ao partido para tal alteração.

No entanto, este é um movimento que não se dá de forma natural e sem um mínimo de conflito na disputa pelo poder. Isto pode ser evidenciado pelo deslocamento geográfico das lideranças que anteriormente se concentravam principalmente nos Estados do Nordeste e agora passam a ter uma presença mais representativa de líderes do centro-sul do Brasil. Observamos a existência de conflitos internos no partido quando da entrevista com o deputado estadual gaúcho José Sperotto. Logo no início de seu depoimento, chega a utilizar a frase “traídos pelo próprio partido”, aludindo à sua contrariedade a mudança na nomenclatura do partido.

Pierre Bourdieu apresenta a idéia de que os conflitos originam-se dentro do próprio campo social, onde aqueles que detêm maior capital dentro do campo (antiguidade, qualificação, privilégios) buscam a defesa das conquistas e da ordem estabelecida. Na outra ponta do conflito estão aqueles que nada têm a perder (quimera populista).

O mesmo autor alerta para o fato da disputa não se dar em “campos” distintos, mas dentro do próprio campo, no caso o político:

Ao atribuímos, como faz o mau funcionalismo, os efeitos de dominação a uma vontade única e central, ficamos impossibilitados de apreender a contribuição própria que os agentes (incluindo os dominados) dão, quer queiram quer não, quer saibam quer não, para o exercício da dominação por meio da relação que se estabelece entre as suas atitudes, ligadas às suas condições sociais de produção e as expectativas e interesses inscritos nas suas posições no seio desses campos de luta, designados de forma estenográfica por palavras como Estado, Igreja ou Partido. A submissão a certos fins, significações ou interesses transcendentais, quer dizer superiores e exteriores aos interesses individuais, raramente é efeito de uma imposição imperativa e de uma submissão consciente. É assim, porque os fins ditos objetivos, que só se revelam, no melhor dos casos, tarde demais e do exterior, nunca são apreendidos e postos como tais de modo imediato, na própria prática, por nenhum dos agentes, nem mesmo pelos mais interessados – aqueles que teriam mais interesse em fazer deles os seus fins conscientes – quer dizer, os agentes dominantes”. (Bourdieu, Pierre. O poder simbólico. São Paulo: Editora Cultrix 2000. pp 113-114).

Seguindo esta linha de raciocínio, adota-se, neste trabalho, a premissa de que foi dentro do PFL que surgiram os conflitos e as disputas motivadoras da mudança do nome do partido. No capítulo III serão apresentados alguns dados sobre as seis últimas campanhas eleitorais, revelando-se motivos suficientes para a geração de preocupações e descontentamentos na base do partido, que podem ter influído nas conseqüentes mudanças efetivadas.

CAPÍTULO III

1. O caso PFL - Democratas

1.1. Da tipologia partidária

Antes de iniciarmos uma análise mais pormenorizada da questão central deste estudo, é preciso identificar o perfil do partido em análise. Na tipologia partidária de Maurice Duverger, os partidos liberais trazem em seu bojo as seguintes características:

- 1) Elementos de base - Comitês pouco amplos, independente uns dos outros, descentralizados; não procuram multiplicar seus partidários nem equacionar grandes massas populares, mas agrupar personalidades.
- 2) Arcabouço geral - Atividade orientada inteiramente para as eleições e as combinações parlamentares, conservando um caráter semi-sazonal.
- 3) Laços de atributos comuns que os unem - Só se ocupam de problemas políticos; a doutrina e os problemas ideológicos desempenham papel secundário; o partidarismo baseia-se de preferência no interesse ou no hábito.
- 4) Instituições dirigentes - Arcabouço administrativo embrionário, direção nas mãos de deputados e apresenta forma individual muito acentuada: o verdadeiro poder pertence a tal ou tal grupo congregado em torno de um líder parlamentar e a vida do partido reside na rivalidade desses pequenos grupos.

De modo geral, Duverger estrutura os partidos através dos seus elementos de base: o Comitê; a Seção, a Célula e a Milícia. A referência a estes elementos se dá com o intuito de mostrar a estrutura organizativa de um partido, o que nos permite destacar a importante questão que Duverger levanta: como se unem uma às outras essas pequenas comunidades de base – sejam elas comitês, seções, células e milícias – cujo aglomerado constitui o partido?

É o problema da articulação geral, problema puramente técnico na aparência e secundário em consequência, problema essencialmente político na realidade e primordial: pois a negociação das ligações e das relações entre os grupos elementares do partido influi profundamente sobre os seus militantes, sobre sua unidade doutrinária e sua eficácia de ação e mesmo sobre os seus métodos e os seus princípios. (p. 76).

Para compreender como se estrutura um partido político, é preciso verificar o seu grau de centralização ou descentralização: Se sua articulação é fraca ou forte e se suas ligações se dão de forma vertical ou horizontal.

No tocante à articulação do partido, Duverger destaca como fator essencial a natureza dos elementos de base que constituem o partido. Também neste ponto podemos entender a posição dos partidos dentro do espectro ideológico. Há uma tendência para os partidos mais conservadores, moderados e liberais e, portanto, mais posicionados à direita, de apresentarem uma articulação fraca, diferentemente dos partidos posicionados mais à esquerda, que apresentam uma articulação forte na relação desde a militância até o comitê.

“constata-se, por exemplo, que a articulação forte corresponde a um arcabouço complexo, a articulação fraca, a um arcabouço simples. Quanto mais se deseja assegurar uma ligação precisa entre os diferentes elementos de base, tanto mais se é conduzido a multiplicar os órgãos do partido, a desenvolver-lhes o papel, a definir entre eles a repartição das tarefas, a criar, assim, em vez de uma autoridade embrionária, fracamente organizada, um verdadeiro aparelho de Estado, com uma separação dos poderes: poder legislativo entregue ao Congresso (ao “Conselho Geral” ou “Conselho Nacional”, em sua ausência), poder executivo atribuído ao comitê diretor (“Comitê Nacional”, Comissão Executiva”, “Bureau Diretor, etc.), poder jurisdicional encaminhado às Comissões de “Arbitragem”, “de Controle”, ou de “Conflitos”. *Essa complexidade crescente da máquina governamental é evidentemente favorecida pelo fato de que os partidos de articulação forte são igualmente os que visam a enquadrar as massas mais numerosas (nas seções, as células ou as milícias) do que os partidos de articulação fraca (nos comitês). Daí a coincidência com outra distinção: os partidos de quadros e dos partidos de massas.* (pp. 82-83) (grifos meus).

Para Duverger, a distinção na natureza dos partidos entre articulações fortes e fracas, não é suficiente, tratando-se apenas de um primeiro esquema de classificação. É preciso determinar o sentido da articulação, opondo-se, por um lado, as ligações verticais e as ligações horizontais, por outro, a centralização e a descentralização. Assim define o autor:

Num sentido geral, chama-se ligação vertical a que une dois organismos subordinados um ao outro: por exemplo uma seção comunal e um comitê de distrito, um comitê de distrito e uma federação provincial, uma federação provincial e o Comitê Central. Pelo contrário, considera-se como horizontal uma ligação entre dois organismos situados no mesmo nível.. (p.85)

Darei luz neste trabalho às ligações verticais e à centralização, por entender que o partido objeto deste estudo dispõe destas características. Partidos com ligações verticais têm por objetivo o controle por parte da cúpula: Esta estratégia impede o que Duverger define como o “desenvolvimento de cismas” ou de oposições no interior do partido. Uma eventual dissidência em uma célula em particular não teria como de imediato e diretamente contaminar as células vizinhas. O processo reivindicatório de mudanças ou circulação de poder passa necessariamente por uma relação verticalizada em instâncias cada vez mais poderosas, em quadros cada vez melhor “preparados e experimentados”, configurando-se importantes obstáculos a qualquer pleito que parta das bases. Este sistema organizativo permite estruturar um mecanismo de ligações verticais, como meio de manter a unidade e a homogeneidade do partido. Simultaneamente, permite a “ação secreta” da elite partidária no que tange a tomada de decisões (pp.84-85).

Outro importante ponto estudado na tipologia partidária diz respeito à centralização e descentralização. Duverger chama a atenção para uma possível confusão no seu perfeito entendimento:

Muitas vezes se confundem ligações verticais e centralização, ligações horizontais e descentralização. Se as duas categorias de idéias se confundem em numerosos pontos, não repousam elas menos fundamentos inteiramente diferentes. Ligações verticais e ligações horizontais definem modalidades de coordenação dos elementos de base que compõe o partido; centralização e descentralização referem-se à repartição dos poderes entre os escalões de direção (p.88).

De novo permito-me ater somente às características do partido estudado e darei atenção ao aspecto da centralização. De acordo com Duverger, muitos partidos declaram-se descentralizados, quando na verdade são centralizados. A questão aqui é que, por vezes, toda a documentação que institucionaliza um partido político pode trazer em seu texto uma estruturação horizontal, mas que na prática é verdadeiramente vertical e centralizada.

Nas organizações de característica centralizada, podemos distinguir duas formas: centralização autocrática e outra democrática, sendo a primeira aquela pela qual todas as decisões vêm do alto e sua aplicação é controlada localmente por representantes da cúpula. Já o centralismo democrático supõe a produção de discussões muito livres na base “antes que a decisão seja adotada, para esclarecer o centro, mas que a disciplina mais rigorosa seja observada por todos *depois* que ocorra a decisão” (p.93).

Ao nos apropriarmos dos ensinamentos de Duverger, temos as condições de caracterizar o PFL/DEM como um partido de direita e conservador: seu arcabouço geral é de

estrutura simples, visto que seus elementos de base resumem-se ao Comitê, sua atividade é sazonal voltada aos períodos eleitorais, é um partido de quadros e faz uso do personalismo como estratégia de voto, não exigindo uma carreira política dentro do partido, não possuindo, na terminologia de Duverger, os “crentes” que formam as milícias, o que gera uma articulação fraca, vertical e centralizada na cúpula dirigente do partido, sendo esta formada por deputados federais e senadores.

Passemos então a tratar mais diretamente do objeto deste estudo que é o PFL – Partido da Frente Liberal que em 28 de março de 2007, em sua Convenção Nacional, informa aos membros do partido que estes comuniquem as suas bases que o partido passa a partir daquela data a ter um novo nome e uma nova sigla: DEM – Democratas.⁷

1.2. Das características do PFL – Democratas

Para tratarmos do hoje Democratas, precisamos entender como se forma a direção de um partido e, a partir disto, entendermos como se organiza este partido.

Primeiramente é preciso desconstruir a idéia de uma democracia ampla e pura. Poderíamos fazer uso aqui dos ensinamentos dos teóricos das elites, mas sigamos com Duverger quando trata da Direção dos Partidos:

Em toda comunidade humana, a estrutura do poder é o resultado de duas forças antagônicas: as crenças, por um lado, as necessidades práticas, por outro. Em consequência, a direção dos partidos - como a da maioria dos grupos sociais atuais (...) apresenta o duplo caráter de uma aparência democrática e de uma realidade oligárquica. Somente alguns partidos fascistas escapam a essa regra, que ousam confessar às escâncaras o que os outros praticam às ocultas; aliás, não é por esse fato que eles devem ser felicitados, se é verdade que a hipocrisia é uma homenagem que o vício rende à virtude. (p.170).

Na maioria das sociedades contemporâneas, o processo de renovação ou manutenção das lideranças se faz pela via democrática. A democracia permanece a doutrina dominante, a que define a legitimidade do poder. Desta forma os partidos políticos são ainda mais obrigados a levar em conta que agem diretamente no domínio político, onde a referência às doutrinas democráticas é constante. Assim escreveu Duverger: “Os partidos devem, portanto, ter o máximo cuidado em proporcionar a si próprios uma direção de aparência democrática”. Este aspecto é importante quando analisamos o antigo PFL, hoje Democratas, quanto ao processo de mudança na legenda, assim como de sua refundação como partido político. Os detalhes a este respeito serão vistos nas análises dos dados coletados na pesquisa de campo.

⁷ - A legislação eleitoral brasileira exige que os partidos registrem uma sigla e um nome ao partido.

No entanto, pode-se questionar a eficácia prática desse processo democrático. A necessidade de ser vitorioso na disputa do campo político impele os partidos fortemente no sentido inverso. Esta realidade objetiva é descrita por Duverger da seguinte forma:

Os princípios democráticos exigem a eleição de dirigentes em todos os escalões, sua renovação freqüente, seu caráter coletivo, sua fraca autoridade. Assim organizado, um partido não está armado para a luta política. Se todos adotarem essa mesma estrutura, o mal não é grande, sendo as condições da pugna as mesmas para cada um. Mas se um deles se organizar segundo o método autocrático e autoritário, os outros ficarão situados em posição de inferioridade. (p.171).

Sobre a escolha dos dirigentes, oficialmente são quase sempre eleitos pelos adeptos e investidos de um mandato breve. Na prática, o sistema democrático da eleição é substituído por técnicas de recrutamento autocrático: cooptação, designação pelo centro, apresentação, etc. Estas técnicas de recrutamento autocrático são agravadas pelo fato de que os verdadeiros chefes do partido são freqüentemente diversos dos seus chefes aparentes⁸. Um recurso utilizado pelos partidos está na instituição de seus estatutos fundacionais⁹. Ao lado do sufrágio indireto, a apresentação dos candidatos ocupa lugar de honra na gama das manipulações eleitorais. Alguns partidos limitam oficialmente em seus estatutos a liberdade de escolha dos eleitores, estabelecendo uma apresentação regular.

Este parece ser o caso dos Democratas. Observando-se a realização, no Rio Grande do Sul, da Convenção Estadual dos Democratas, ocorrida em 23 de Novembro de 2007, foi possível apreender os mecanismos utilizados para a escolha da Executiva Estadual. No estatuto do partido, na secção que trata das Convenções Regionais, está explícito que: “Art. 44 – Serão convocadas Convenções Estaduais nos Estados onde o Partido tenha Diretórios Municipais constituídos em, pelo menos, dez por cento dos municípios. § 1º - As Convenções Estaduais, convocadas para qualquer finalidade, inclusive escolha de candidatos a cargos eletivos, serão constituídas por: a) Delegados ou seus suplentes à Convenção Estadual; membros do Diretório Estadual ou seus suplentes; e deputados estaduais, os deputados federais e os senadores do Estado.

Assim é o processo democrático previsto no Estatuto dos Democratas. No entanto, O PFL ao promover a sua refundação, alterando inclusive sua legenda, promoveu a dissolução de todos os diretórios e executivas no território nacional. Podemos entender que a estratégia foi a de não correr riscos quanto à possibilidade do surgimento de novas forças que não as já estabelecidas no “*status quo*” do partido. Na prática só puderam participar das Convenções

⁸ - Tomando o DEM como exemplo, Jorge Borhausen continua, mesmo que informalmente, liderando o partido.

⁹ - Os estatutos instituem uma estrutura democrática do partido, no entanto, a prática política se faz de cima para baixo.

Estaduais os votantes indicados pela Executiva do Partido para compor as comissões provisórias, mantendo-se assim o controle por parte dos dirigentes do partido e através de um processo de “legitimidade democrática”, confirmar as nominatas para a executiva estadual. Tal processo repete-se em dezembro/2007, quando da Convenção Nacional dos Democratas.

1.3. Hipóteses sobre a motivação à mudança de nome do partido.

Como hipótese das motivações do partido para a mudança na legenda PFL para Democratas, não daremos maior atenção a justificativa de que novas lideranças assumem o partido, uma vez ser esta à justificativa oficial dos Democratas.

Segundo Bobbio, “Democracia não é ideologia, mas comportamento, que serve para todos os partidos posicionados em qualquer espaço do espectro ideológico”. Por aproximação semântica, o mesmo entendimento deve ser dado ao conceito “democratas” adotado pelo partido. Uma possibilidade para a mudança da legenda do PFL para DEM, considerando-se apenas a perspectiva dos membros do partido no Rio Grande do Sul, pode se justificar pelas hipóteses a seguir apresentadas.

A hipótese que ora apresentamos é de que o PFL necessitou buscar uma alternativa para a sua “sobrevivência” no cenário político brasileiro visto a grande perda de representatividade tanto em nível municipal, quanto em nível federal. A alteração conceitual em sua marca é tentativa de romper com seu passado de relações íntimas com a ditadura militar e principalmente romper com o estigma de “partido neoliberal, vinculado às elites”¹⁰, numa estratégia que visa um deslocamento ideológico mais ao centro, ampliando sua capilaridade eleitoral e oportunidade de novas alianças políticas.

¹⁰ - A dicotomia neoliberalismo X anti-neoliberalismo esteve sempre presente nas eleições brasileiras de 1996 a 2006.

CAPÍTULO IV

1. Análise dos dados de pesquisa

Em artigo de Maria D`Alva Kinzo, publicado na Folha Online de 16/06/2001 com o título: O PFL e suas duas faces, a autora dava conta de que o PFL, representava a segunda força eleitoral do país. Vejamos o que escreveu a autora a este respeito: “Dissidência do PDS, os pefelistas conseguiram resistir à onda eleitoral declinante que assolou seus companheiros no antigo partido para se tornar, já nas primeiras eleições democráticas, a segunda força eleitoral do país, suplantada apenas pelo PMDB”. Neste breve artigo, Kinzo destaca a importante posição que o PFL ocupou no cenário político enquanto esteve aliado aos partidos detentores do poder. Embora o PFL já viesse apresentando perdas de representatividade a cada eleição, foi no momento em que o PT – Partido dos Trabalhadores e seus aliados assumiram o poder político no Brasil, que ficou mais evidente sua perda de representatividade como será mostrado neste capítulo.

Passaremos a analisar o desempenho que o PFL – Partido da Frente Liberal obteve nas eleições dos anos: 1996 – 1998 – 2000 – 2002 – 2004 e 2006.

Conforme os dados do site oficial do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, nas eleições de 1996, o total de votos válidos foi de 74.094.845. No ano de 2006, o número de votos válidos foi de 93.842.587, representando um crescimento de 26,65% no número de votos válidos (gráfico 1).

Desde 1996, nas eleições para prefeitos e vereadores, o PFL, a despeito do crescimento do número de eleitores, veio perdendo votos de forma geral em todo o país, com algumas exceções em algumas localidades e Estados. Tomando como ponto de partida o número de eleitores que votou nos candidatos do PFL em todo o Brasil, temos que em 1996 o PFL conquistou 13,68%, do total de votos válidos para prefeitos ou 10.134.865 votos, caindo para 9,45% dos votos válidos nas eleições de 2006 para deputados estaduais ou 9.666.432 votos (gráfico 2)¹¹, o que representa uma queda de 30,87% no período.

¹¹ - Ainda que os dados dessas eleições não se prestem a comparações entre si, pois referem-se à eleições para cargos diferentes, entendemos ser oportuna a menção dos resultados obtidos pelo PFL nesses pleitos, pois eles dão um indicativo da perda de capital eleitoral deste partido durante todo o período de sua existência, desde seu surgimento até a troca de seu nome para DEM..

Gráfico 1

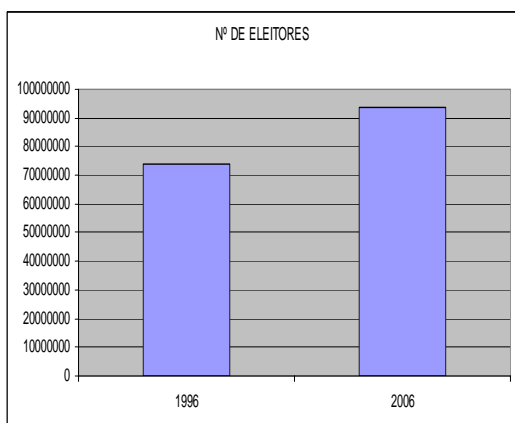
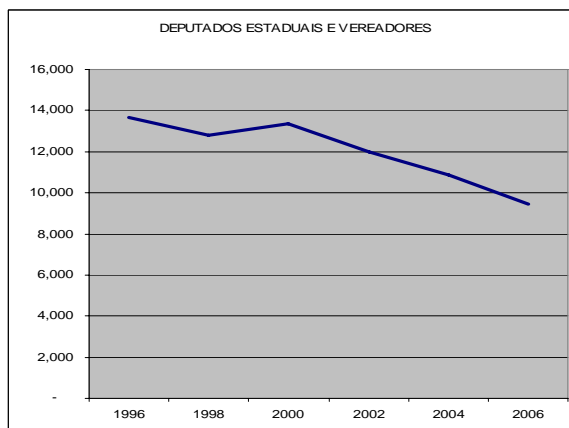


Gráfico 2

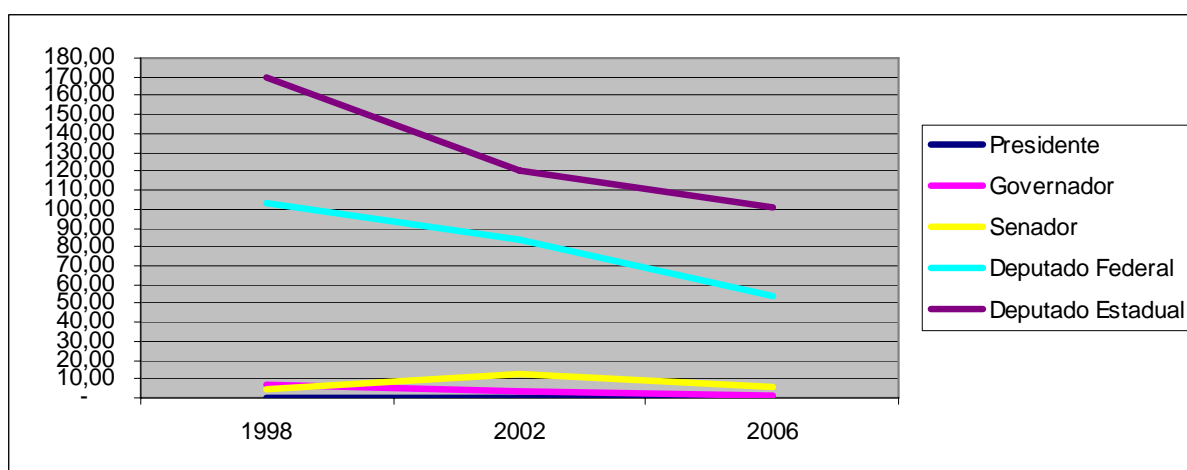


Fonte: www.tse.gov.br

Esta queda representou uma perda em números absolutos da ordem de menos 468.433 votos para o PFL. No entanto se considerarmos que o partido mantivesse seu capital eleitoral em números relativos, projetando os mesmos 13,68% de votos válidos de 1996, o partido deveria ter em 2006 o total de 12.835.789 votos. Tomando como base este número de votos projetados, temos que o partido perdeu nestas seis últimas eleições 24,69% de seu capital eleitoral, ou ainda $\frac{1}{4}$ do capital de votos que o PFL detinha em 1996¹².

O seguir o gráfico 3 mostra de forma combinada o comportamento eleitoral do PFL nas três últimas eleições para presidente da República, governadores de Estado, senadores, deputados federais e deputados estaduais

Gráfico 3

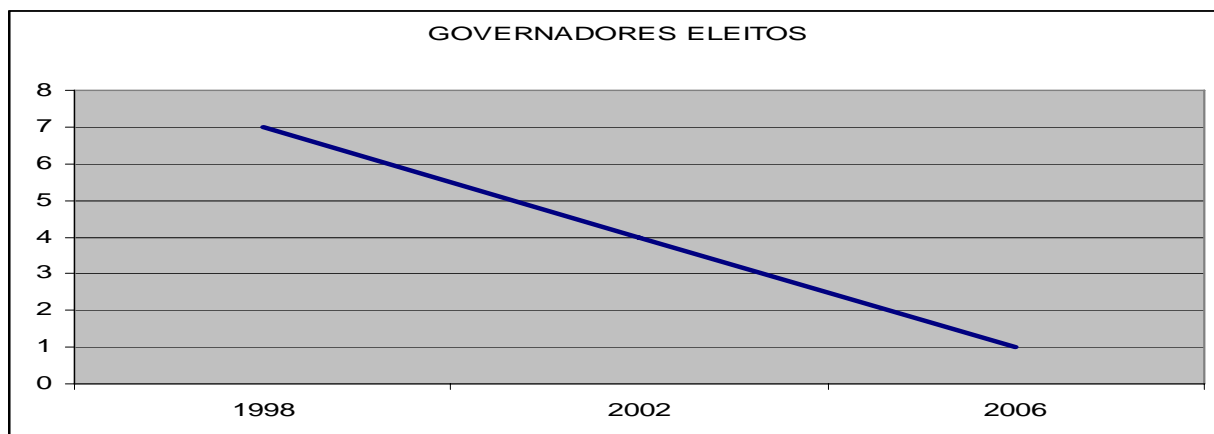


Fonte: www.tse.gov.br

¹² - Ainda que se estejam considerando eleições de níveis diferenciados, o que impede uma comparação imediata dos dados, optou-se por considerar o período 1996-2006 para que se pudesse considerar a massa total de votos obtidos pelo PFL ao longo de sua existência.

Considerando-se que nestas três eleições o PFL não apresentou candidatos à Presidência da República e que o partido manteve a média de 5 a 6 senadores por eleição, temos significativas quedas no quadro de governadores (gráfico 4), deputados federais (gráfico 5) e deputados estaduais (gráfico 6). Vejamos cada gráfico:

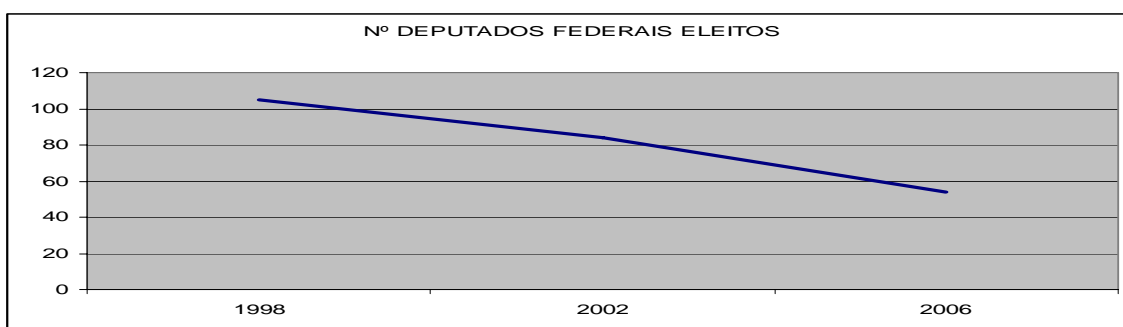
Gráfico 4



Fonte: www.tse.gov.br

Em 1998, o PFL conquistou o governo de 07 Estados: Amazonas, Bahia, Maranhão, Piauí, Paraná, Rondônia e Tocantins. Em 2002 caiu para 04 governadores eleitos: reelegeu os governadores da Bahia, Maranhão e Tocantins e elege o governador de Sergipe. Em 2006 o PFL elegeu apenas o governador do Distrito Federal.

Gráfico 5

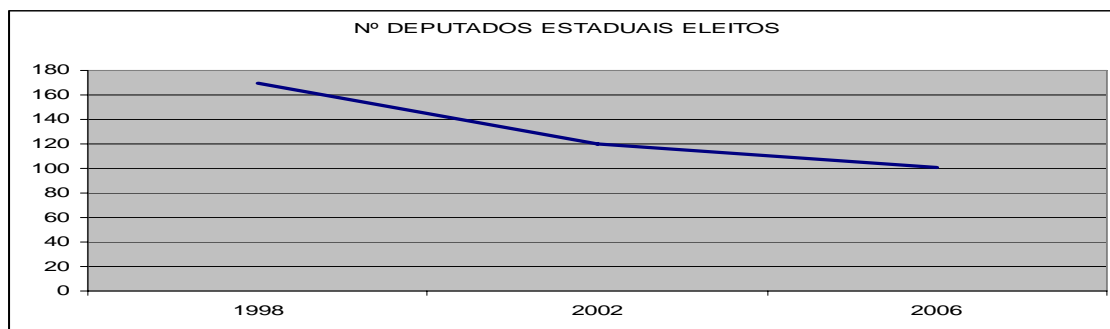


Fonte: www.tse.gov.br

A curva descendente compara o quadro eleitoral para deputados federais do PFL, onde temos que: em 1998 o partido elegeu 105 deputados federais em todo o Brasil, já em 2002 elegeu 84 deputados federais, o que representou uma queda de 20%. Nas eleições de 2006 o partido elegeu 54 deputados federais, com nova queda em 35,71%. Se tomarmos o número de deputados federais eleitos em 1998 e compararmos com as eleições de 2006,

temos uma queda considerável de 48,57%, ou praticamente 1/2 da representação do PFL na Câmara de Deputados.

Gráfico 6



Fonte: www.tse.gov.br

O desempenho eleitoral dos deputados estaduais do PFL, deu-se com a seguinte evolução. Em 1998 o partido elegeu 170 deputados estaduais em todo o Brasil, já em 2002 elegeu 121 deputados estaduais, o que representou uma queda de 28,82%. Nas eleições de 2006 o partido elegeu 101 deputados Estaduais, com nova queda de 16,53%. Se tomarmos o número de deputados estaduais eleitos em 1998 e compararmos com as eleições de 2006, temos um importante queda de 40,59%, no capital eleitoral do PFL, ou em outros termos uma redução de 2/5 da representatividade do PFL nas Assembleias Legislativas.

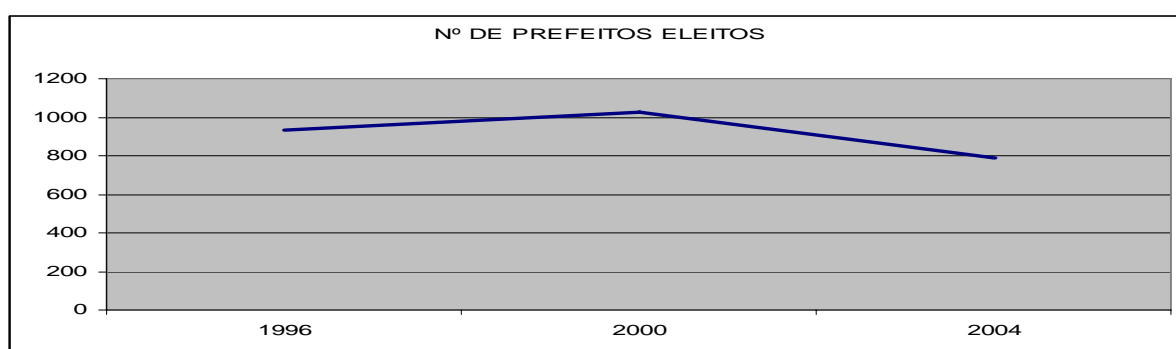
ELEIÇÕES MUNICIPAIS

As eleições municipais atuam com as forças das bases partidárias, assim veremos a seguir o desempenho do PFL para prefeitos e vereadores, nas eleições de 1996, 2000 e 2004:

Nas eleições de 1996, o Brasil realizou eleições em 5.377 municípios. Destes o PFL conquistou 935 prefeituras, o que representou 17,39% dos municípios em disputa. Nas eleições municipais de 2000, o PFL ampliou o número de prefeitos em mais 91 municípios, elevando sua presença para 1026 prefeitos, significando um acréscimo de 9,73% (gráfico 7). Este dado chamou a atenção, num cenário de queda geral do PFL. Assim, buscando-se qual a explicação para o referido crescimento no número de prefeituras conquistadas, chegou-se ao seguinte resultado: dos 5.377 municípios de 1996, passou-se para 5.559, ou seja, mais 182 novos municípios nas eleições do ano 2000. Somente no Estado do Maranhão houve um acréscimo de 75 novos municípios e destes, 43 foram conquistados pelo PFL. Portanto, não

fica difícil entender que um dos grandes influenciadores e posteriormente beneficiário do surgimento de novos municípios no Brasil durante este período foi sem dúvidas o PFL. Já no ano de 2004, com 5.562 municípios realizando eleições no Brasil, o PFL enfrentou importante perda de prefeituras, vendo reduzida sua participação a 789 prefeituras, representando um decréscimo de 237 prefeituras, ou seja, queda de 23,10% (gráfico 7), A manobra realizada em 2000 já pode ser percebida como um primeiro movimento do partido no sentido de promover a sua sobrevivência.

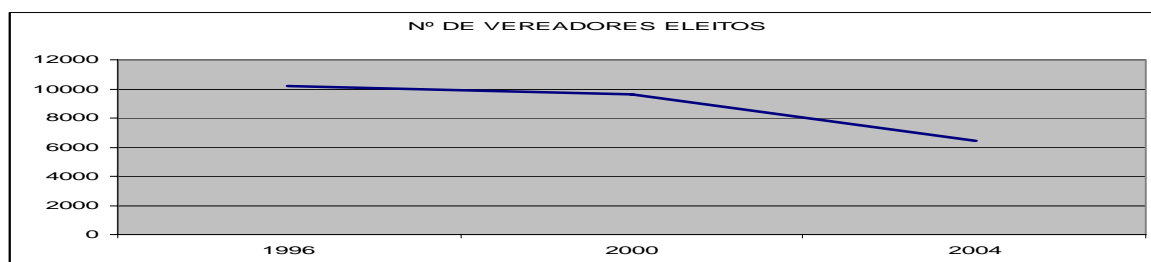
Gráfico 7



Fonte: www.tse.gov.br

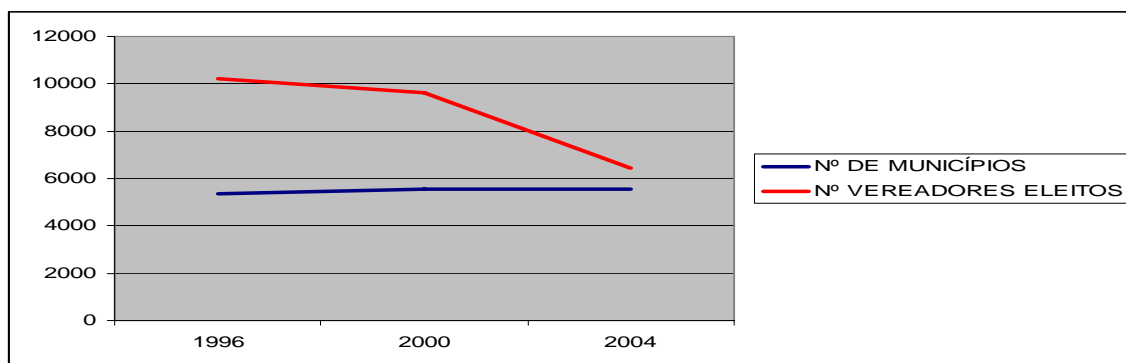
A queda mais significativa do PFL pode ser analisada através dos dados que apontam para o desempenho do partido em relação à conquista de cadeiras nas Câmaras de vereadores (gráficos 8 e 9). Em 1996 o PFL estava representado nos Legislativos Municipais do Brasil por 10.211 vereadores. Nas eleições de 2000, o partido vê sua representação reduzida para 9.642 Vereadores ou 5,57% a menos. Em 2004, o encolhimento do partido se mostra drástico com a conquista de apenas 6.461 cadeiras de vereadores, ou um redução de 32,99%. Se tomarmos por base o número de eleitos do PFL em 1996 e compararmos aos eleitos de 2004, houve uma perda de 3.750 cadeiras em todo o país, o que representa uma queda de 36,72%.

Gráfico 8



Fonte: www.tse.gov.br

Gráfico 9



Fonte: www.tse.gov.br

Os dados apresentados anteriormente servem para demonstrar que o PFL de 2007 encontrava-se diante de um quadro suficientemente grave para exigir atitudes de grau extremo, visto que a tendência de perda de representatividade e poder do partido passavam a ameaçar a sua sobrevivência no cenário político brasileiro.

Por esta razão é que não achamos suficientemente satisfatório a justificativa de que apenas a mudança de lideranças em nível nacional por “uma nova geração de políticos” pudesse ser motivo para a alteração na nomenclatura do partido.

A primeira ação de investigação da pesquisa aqui apresentada foi a análise comparativa dos documentos oficiais do extinto PFL com os do recém criado Democratas. Compararam-se os Estatutos, os Manifestos de criação dos dois partidos, as Diretrizes, os Ideários, os Princípios, os Programas partidários, as Plataformas e Compromissos Programáticos. Foi possível observar de que nenhuma alteração em texto ou de substância foi promovida nos documentos do PFL para Democratas, a exceção óbvia do próprio nome. Assim fica marcada sem margem para dúvidas que o partido não promoveu alterações de ordem ideológica ou estrutural em sua organização.

Isto nos remete à afirmação de Anthony Downs, segundo a qual: “Os partidos perseguem políticas para ganhar as eleições mais do que tentam vencer as eleições para perseguir políticas” (1967 - p.28).

Outra contribuição no mesmo sentido de demonstrar que as decisões partidárias nem sempre estão em conformidade com seus objetivos formais pode ser encontrada na obra de Panebianco quando trata dos dilemas organizativos na oposição entre o sistema natural e o sistema racional:

... como convincentemente demonstrado por Michels, muitas vezes o verdadeiro objetivo dos dirigentes das organizações não é tentar alcançar os objetivos em vista dos quais a organização se constitui, mas a manutenção da própria organização, a sobrevivência organizativa (e com ela a salvaguarda das próprias posições de poder).(p. 13).

Um pouco mais adiante, no mesmo trabalho, Panebianco, ainda tratando da temática dos “objetivos organizativos” aponta como terceira consequência:

O único objetivo que os diversos participantes têm, em comum, mas nem sempre (o que impede a “deflagração” organizativa), é a sobrevivência da organização. Essa é justamente a condição graças à qual os diferentes agentes podem continuar a buscar, individualmente, seus próprios objetivos específicos. (pp. 14-15).

Portanto, a mudança da nomenclatura PFL para Democratas, nada mais é que o esforço do partido em *adaptar-se ao ambiente*¹³ na busca de sua sobrevivência. Novamente recorremos a Panebianco em citação que faz de Michels: “A teoria da “substituição dos fins”, de Michels, ilustra justamente a passagem da organização de instrumento para a realização de certos objetivos (...) a sistema natural, no qual o imperativo da sobrevivência e os objetivos específicos dos agentes organizativos se tornam preponderantes”. (p. 15).

Aproximando as contribuições de Panebianco e Michels ao presente estudo, podemos entender a mudança na nomenclatura do partido, sem nenhuma alteração nos documentos, como uma estratégia de reação e busca de sobrevivência.

¹³ - Segundo esta perspectiva, a complexidade ambiental, criando pressões para o aumento da complexidade organizativa, eleva a conflituosidade dentro da organização.

CAPÍTULO V

1. Considerações Finais

Diante de uma necessidade de reação frente à perda de capital eleitoral, os Democratas dão a entender que tal mudança baseada exclusivamente na semântica do conceito Democratas, pode vir a contribuir não só para um deslocamento rumo ao centro no espectro ideológico, como também ampliar sua posição neste mesmo espectro.

Na verdade com a adoção do conceito “democratas” o partido “a priori” pode manter os eleitores que ainda se identificam com o partido, ao mesmo tempo em que se libertando do estigma “neoliberal” passa a poder disputar em um novo “território de caça” antes tido como incoerente frente às suas posições ideológicas.

A questão do estigma não deixa de ser central para a discussão das motivações que levaram o PFL a mudança de seu nome justamente no momento em que o PFL perdeu sua condição de “parceiro” do poder. Como aponta Norbert Elias & John L. Scotson, no livro *Os estabelecidos e os outsiders*:

A peça central dessa figuração é um equilíbrio instável de poder, com as tensões que lhe são inerentes. Essa é também a precondição decisiva de qualquer estigmatização eficaz de um grupo outsider por um grupo estabelecido. Um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído. Enquanto isso acontece, o estigma de desonra coletiva imputado aos outsiders pode fazer-se prevalecer. (p.23).

Este expediente de uso do recurso da estigmatização já fora utilizado em eleições anteriores quando do surgimento de um forte partido de esquerda (PT). Luiz Inácio Lula da Silva perdeu três eleições presidenciais, sempre recebendo o estigma de pertencer à esquerda radical contrária às liberdades que a nova democracia anunciava. Portanto, não se trata de um recurso ilícito, mas sim da eficiência do discurso.

A questão a respeito do território de caça é muito importante para avaliar a estratégia utilizada pelo DEM para garantir sua sobrevivência. Panebianco afirma:

“O partido é movido também nessa direção pela função (ao mesmo tempo externa e interna) da ideologia organizativa que é a de definir o “território de caça” específico, a reserva sobre a qual a organização estabelece os próprios direitos e em relação à qual é definida a identidade organizativa, seja “externa” (aos olhos dos que não fazem parte da organização), seja “interna” (aos olhos dos membros da organização) e se estabelecem as relações de conflito (disputa pelos mesmos recursos) e de cooperação (troca de recursos diferentes) com as outras organizações.

Delimitando um território, a ideologia leva a organização a desenvolver atividades de controle/domínio do território contra as organizações concorrentes”. (pp. 25-26).

No entanto, esta estratégia do DEM pode resultar num paradoxo no que tange à identificação do eleitor com o partido, pois pode não garantir sucesso neste novo território de caça, no mesmo momento em que o partido abre mão de sua identidade anterior para assumir uma nova. Este risco, só poderá ser calculado após algumas experiências eleitorais que mostrarão se as lideranças do partido estavam corretas em suas decisões. Scott Mainwaring, em seu estudo sobre “o caso brasileiro” (e onde ele teoriza sobre o processo de institucionalização dos sistemas partidários nos países de terceira onda de democratização) alerta para o perigo das “descontinuidades nas organizações partidárias”:

A capacidade de sobrevivência dos partidos no tempo é uma indicação de que eles conquistaram uma fidelidade duradoura por parte de alguns grupos sociais e de que, por isso mesmo, desenvolveram raízes profundas na sociedade. (p. 164).

Não restam dúvidas de que a identificação partidária é condição necessária para a estabilidade das instituições democráticas. Segundo Mainwaring “a identificação partidária funciona como um atalho, reduzindo a quantidade de informações que os eleitores precisam processar para fazer uma opção de voto. (p. 153).

Carreirão & Kinzo, em citação de Fiorina (1981) também trazem contribuição a este tema da identificação do eleitor com o partido político:

A identificação partidária resulta da experiência política dos cidadãos. Se a visibilidade e a consistência dos partidos possibilitam ao eleitor criar preferências, a pouca visibilidade das diferenças na disputa partidário-eleitoral e as inconsistências no perfil de determinadas legendas podem dificultar o crescimento dessas identidades, a despeito de ter havido continuidade da experiência partidária. (2004 - p.159)

Finalmente, nos deparamos com o dilema enfrentado pelo PFL: continuar investindo no enraizamento da legenda como patrimônio do partido, mesmo sob a expectativa de continuada queda no sucesso eleitoral, ou promover as necessárias mudanças voltadas à sobrevivência do partido. Por óbvio o PFL optou pela segunda opção.

A pergunta que se faz então é: Como se deu este processo dentro do partido? Como já visto anteriormente, o PFL/DEM tem como característica ser um partido de tipo conservador, hierarquizado verticalmente. As entrevistas realizadas com membros do partido no Estado do Rio Grande do Sul apontaram de forma muito clara de que a decisão em alterar a nomenclatura do partido se deu exclusivamente no “topo” do partido. Desde o vice-

governador do Estado do RS, prefeitos, vereadores e deputados estaduais do RS, ninguém informou ter participado de reuniões em quaisquer etapas que possam ter ocorrido para a efetiva mudança na legenda do partido. Todos informaram ao pesquisador terem sido informados pelas lideranças nacionais do partido de que uma pesquisa em nível nacional havia sido realizada e que esta apontou que a mudança de nome seria um importante passo que agregaria valor ao partido. Solicitou-se acesso a pesquisa referida, mas, infelizmente, até o presente momento o pedido não foi atendido.

Não se pode deixar de registrar que o processo acima relatado apresenta no mínimo uma incoerência entre o conceito implícito no nome do partido e a prática utilizada no processo de mudança do PFL para DEM. Ficou claro mediante as respostas que independentemente da posição hierárquica ocupada no partido pelo entrevistado, não houve participação deste no processo. Neste ponto cabe destacar a entrevista realizada com deputado federal pelo Rio Grande do Sul - Onix Lorenzoni, maior representante gaúcho do partido em nível nacional, quando faz um balanço histórico do partido (ver degravação nos anexos).

Extraíndo-se da entrevista com o deputado federal Onix Lorenzoni os pontos mais significativos para a presente pesquisa, obtivemos o relato de que o PFL surgiu como uma frente parlamentar, portanto, ainda não como partido, que esta seria uma legenda provisória. Segundo o deputado, este caráter provisório da legenda PFL foi demasiado longo, tendo o provisório tornado-se definitivo.

Conforme o deputado, no início dos anos 2000, o partido promoveu aproximação com o PP – Partido Popular do então primeiro ministro da Espanha – José Maria Aznar, alinhando-se à Democracia de Centro e promoveu convênios com a FAES – Fundação para Análise e Estudos Sociais, tendo como base o pensamento liberal. O deputado narrou este fato para justificar que já era intenção do partido a mudança na nomenclatura da legenda e que não fosse o fato do PPB – Partido Progressista Brasileiro ter “saído” na frente e alterado sua legenda para PP, o DEM seria hoje PP, fruto desta aproximação com o PP espanhol.

Retomando a questão do dilema enfrentado pelo PFL, recorreremos mais uma vez a Panebianco quando aquele autor o *Dilema IV: liberdade de ação versus coerções organizativas*, no qual analisa o papel autônomo e/ou limites dos dirigentes no comando da organização. Já foi visto que no caso do PFL no momento da alteração de legenda, a autonomia era plena. Conforme afirma Panebianco: “Para uns, a liberdade de ação dos líderes é muito ampla: nessa perspectiva, cabem a eles todas as decisões-chave, da definição dos objetivos organizativos à gestão das relações com as outras organizações, às decisões sobre a ordem interna do partido” (pp. 26-27).

Embora possa parecer pouco democrática esta prática, o próprio Panebianco afirma que “um certo grau de maleabilidade tática e estratégica é absolutamente necessário para garantir a sobrevivência da organização (e com ela a manutenção da estrutura interna de poder) em condições ambientais variáveis” (p. 29).

Como estamos tratando de um tipo de partido, como aponta Duverger, alinhado com as “elites” e que carrega em si uma historicidade e práticas de distribuição de incentivos de identidade, a decisão de uma ruptura com sua identidade pode mais trazer malefícios do que benefícios. Panebianco descreve assim este risco: “A elite dirigente uniu, efetivamente, seu próprio destino à distribuição de incentivos de identidade relacionados a uma linha política específica e não pode desorientar seus seguidores (dar lugar a “crises de identidade”), mudando drasticamente suas características. Isso tudo introduz um elemento de *rigidez* nos conflitos internos dos partidos e explica por que, muitas vezes, diante de crises organizativas de grande alcance, que impõem profundas mudanças de linha política, e às vezes também redefinições de ideologia organizativa, as coalizões dominantes não conseguem reelaborar a linha política e sucumbem aos golpes das elites minoritárias” (p. 82).

O crucial desta abordagem em relação ao recente episódio do PFL/Democratas reside no fato de que na medida em que as lideranças do partido perdem a condição de ofertar incentivos aos seus seguidores, e este é um reflexo da perda de poder correlacionado à perda de representatividade nas esferas públicas de poder, ocasionado pela drástica diminuição de sua capacidade eletiva nas seis últimas eleições, as lideranças se desestabilizam e perdem legitimidade e conseqüentemente perdem poder. Neste ponto, não no sentido de causa e conseqüência, mas no sentido de seqüência de fatos, a justificativa da mudança de nomenclatura do partido como resultado de que uma nova geração tenha assumido o partido, inverte seu eixo e passa a ser a perda de legitimidade, subsequente à perda significativa de representatividade, que retira de cena antigos líderes, abrindo espaço para a nova geração do partido.

A confusão de identidade apontada por Panebianco, parágrafos acima, se explicita nas entrevistas realizadas com alguns membros do partido no RS. Perguntados qual a posição do DEM no espectro ideológico esquerda-direita, obtivemos as mais variadas respostas em todos os níveis do partido, indo da já estabelecida posição de direita, passando por centro-direita e em alguns casos apontando para o centro. Mesmo que hoje a antiga rigidez de posicionamentos ideológicos tenha perdido força em todo o mundo, fica nítida a confusão e

desorientação dos membros do partido, o que inevitavelmente chega à base partidária, desestabilizando o partido em termos organizativos e de identidade ideológica.¹⁴

Mudanças radicais da grandeza das promovidas pelo PFL apenas confirmam a idéia de que o partido é uma organização fraca institucionalmente, pois se permite experimentar transformações repentinas. Ao perder capacidade eletiva, o PFL perdeu, numa relação direta, a capacidade de distribuir incentivos, gerando um ambiente de incerteza para os seus integrantes e para a sobrevivência do partido e uma conseqüente instabilidade e hostilidade ambiental, pela simples razão de que o partido perdeu sua capacidade de troca interna e, no plano externo ao partido, sua capacidade de influenciar diretamente a arena eleitoral.

Um ponto não abordado por este estudo e que deve ser mais bem explorado em outros estudos é verificar em que medida as alianças firmadas pelo PFL ao longo das últimas eleições podem ter influenciado a acentuada queda no sucesso eleitoral do partido.

Ao encerrar estas considerações, retorno à hipótese formulada neste trabalho: a mudança se deveu à necessidade de sobrevivência do antigo PFL. Entendo que os gráficos sobre o desempenho do partido nas seis últimas eleições mostram que algo urgente e de grande magnitude necessitava ser feito para que o partido pudesse manter-se na arena política brasileira entre os grandes partidos nacionais.

A maneira pejorativa com que os conceitos “liberal” e “neoliberal” foram apropriados pelos partidos de oposição e colados ao PFL ao longo destas seis eleições, lograram êxito. Esta certeza vem do reconhecimento do próprio deputado federal Onix Lorenzoni, quando reconhece em sua entrevista, a eficácia dos partidos de esquerda em estigmatizar o PFL e da incompetência do partido em refutar tal estigma.

¹⁴ - Com o advento do colapso do socialismo soviético e a emergência das questões pós-materialistas, tais como, feminismo, ecologia, juventude etc., a questão ideológica, da antiga polarização em termos econômicos, perdeu espaço e nitidez em todo o mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENEVIDES, Maria V. de Mesquita. **Reforma política e cidadania**. São Paulo/SP. Ed. Fundação Perseu Abramo. 2ª edição. 2003.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília-DF. Editora UNB. 2004. verbete: Política e moral.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. São Paulo-SP. Editora Cultrix 2000.
- BOURDIEU, Pierre. **A linguagem autorizada**. In: A Economia das trocas lingüísticas. São Paulo: Edusp 2000.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. KINZO, Maria D. – **Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002)**. Rio de Janeiro – RJ. Revista Dados – Vol. 47, nº 1, 2004 – pp. 131 a 168
- DOWNS, Anthony. **An Economic Theory of Democracy**. Nova York, Harper and Row, 1967.
- DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro - RJ. Zahar Editores. 1970.
- ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2000.
- HAYEK, Friedrich e FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. Rio de Janeiro - RJ. Ed. Abril. 1984.
- LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo – SP. Ed. Marin Claret. 2004.
- MAINWARING, Scott. **Políticos, partidos e sistemas eleitorais – o Brasil numa perspectiva comparativa**. São Paulo – SP. Novos Estudos Cebrap. 1991.
- MAINWARING, Scott. **Sistemas partidários em novas democracias – O caso do Brasil**. São Paulo – SP. Ed. FGV. 1991.
- MATTEUCCI, NICOLA, In: **Dicionário de Política**. Brasília-DF. Editora UNB. 2004. verbete: Liberalismo.
- MONTESQUIEU, Charles de. **Do espírito das leis**. São Paulo – SP. Ed. Martin Claret. 2004.

- **PANEBIANCO, Ângelo. Modelos de Partido – Organização e poder nos partidos políticos.** São Paulo – SP. Martins Fontes. 2005
- **PINTO, Céli R. J. Teorias da democracia: Diferenças e identidades na contemporaneidade.** Porto Alegre-RS. EDIPUCRS. 2004
- **ROUSSEAU, Jean-Jaques. Do contrato social.** São Paulo – SP. Ed. Martin Claret. 2004.
- **WEFFORT, Francisco C. Os clássicos da política.** São Paulo. Ed.. Ática. Série Fundamentos. 3ª edição.
- www.democratas.org.br
- www.tse.gov.br

ANEXOS

1. Planilhas de dados eleitorais das seis últimas eleições

- a. Eleições presidenciais
- b. Eleições para governadores de Estado
- c. Eleições para senadores da república
- d. Eleições para deputados federais
- e. Eleições para deputados estaduais
- f. Eleições para prefeitos
- g. Eleições para vereadores

2. CD ROM

- a. Cópia de documentos do PFL
 - a.1. Estatuto
 - a.2. Manifesto de criação do partido
 - a.3. Diretrizes
 - a.4. Ideário
 - a.5. Princípios
 - a.6. Conteúdo programático
- b. Cópia de documentos dos Democratas
 - b.1. Estatuto
 - b.2. Manifesto de criação do partido
 - b.3. Diretrizes
 - b.4. Ideário
 - b.5. Princípios
 - b.6. Conteúdo programático
- c. Gravações em áudio das entrevistas
- d. Degravações das entrevistas